

ARTIGO LIVRE

**“A ODISSEIA” SEM  
HOMERO: DA EXORTAÇÃO  
DE PAES BARRETO À  
CONSTRUÇÃO DE UMA  
SEMÂNTICA DO PASSADO  
NA BUSCA PELO ‘SER  
CAPHABIA’**

*Filipe Savelli Pereira*

*Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes). Bacharelado e Licenciado em História pela mesma instituição. Membro do Laboratório de História das Interações Políticas Institucionais (HISPOLIS); desenvolvendo pesquisa em História Regional do Brasil, especialmente História do Espírito Santo. Também possui formação em Música-Trombone, pela Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES), nos Cursos de Formação Musical, em especialização em Trombone Erudito e Popular.*

*João Paulo dos Santos de Souza*

*Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes). Bacharelado e Licenciado em História pela mesma instituição. Membro do Laboratório de História das Interações Políticas Institucionais (HISPOLIS), desenvolvendo pesquisa em História Regional do Brasil, com ênfase em História do Espírito Santo. Possui também Bacharelado em Teologia pela Faculdade Unida de Vitória.*



## Resumo

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), inaugurado sob a Exortação de Dr. Carlos Xavier Paes Barreto, mobilizou um coletivo de homens intelectuais a constituírem uma historiografia capixaba — ou “capichaba” — atribuindo sentidos para o passado local. Compreender a noção de um ser capichaba, da inauguração do instituto às campanhas hodiernas pelo orgulho local —, por meio da pesquisa documental, buscou-se: (I) problematizar elementos constitutivos do passado local evocados no tempo presente; (II) situar a contribuição e legado do IHGES, revisitando-se seu discurso fundação; e (III) relacionar a semântica de passado (CARVALHO, 2018), caracterizada pela busca do ser capichaba. Sob os modos de ser do “dasein” heideggeriano (HEIDEGGER, 2012), inscreve-se uma narrativa crítica do Espírito Santo (NASCIMENTO, 2018), da recepção didático-pedagógica (PIROLA, 2008) à vanguarda intelectual e vultos pátrios (COSTA, 2010; BIGOSI, 2018), de pensamentos hegemônicos a problemas da historiografia local.

**Palavras-chave:** capichaba, capixaba, Espírito Santo (estado), IHGES, Heidegger, passado.

## Introdução

O historiador veio para ressuscitar o tempo e escalar os mortos, as condecorações, as liturgias as espadas, o espectro das fazendas submergidas, o muro de pedra entre membros da família, [...] os negócios de trapaça as ilusões jamais confirmadas nem desfeitas (ANDRADE, apud SCHAYDER, 2016, p. 489).

O alvorecer do século xx apresenta um Estado que, até então “considerado um fardo para o conjunto da federação, experimentava momentos de grande prosperidade e otimismo”. Aos significados políticos e econômicos locais sob à Primeira República (1889-1930), oportunizou-se a criação do Instituto

## Abstract

The Historical and Geographical Institute of Espírito Santo (IHGES), inaugurated under the exhortation of Dr. Carlos Xavier Paes Barreto, mobilized a collective of intellectual men to constitute a capixaba historiography — or “capichaba” — attributing meanings to the local past. Understanding the notion of a capichaba being, from the inauguration of the institute to today's campaigns for local pride —, through documentary research, we sought to: (I) problematize constitutive elements of the local past evoked in the present time; (II) situate the contribution and legacy of IHGES, revisiting its foundation discourse; and (III) relate the semantics of the past (CARVALHO, 2018), characterized by the search for being capichaba. Under the modes of being of the Heideggerian “dasein” (HEIDEGGER, 2012), a critical narrative of Espírito Santo (NASCIMENTO, 2018) is inscribed, from the didactic-pedagogical reception (PIROLA, 2008) to the intellectual vanguard and national figures (COSTA, 2010; BIGOSI, 2018), from hegemonic thoughts to problems of local historiography.

**Key words:** capichaba, capixaba, Espírito Santo (state), IHGES, Heidegger, past.

Histórico e Geográfico do Espírito Santo — IHGES — em 1916, apropriando-se do programa republicano, que dentre outros fatores, “colocava a educação como condição *sine qua non* para o progresso” (OLIVEIRA, 2017, p. 123). Dr. Carlos Xavier Paes Barreto<sup>1</sup>, cujos

1 “Dr. Carlos Xavier Paes Barreto — Nasceu em Recife (PE) no dia 12/11/1881. Formou-se em Direito em 1906. Ocupou o cargo de promotor de Justiça nas comarcas de Formosa e Recife. Em 1908, foi transferido para o Espírito Santo, onde ingressou no Ministério Público como promotor da comarca de Afonso Cláudio. Também foi Procurador Geral, Secretário de Estado, Consultor Jurídico, bem como professor de alguns colégios de Vitória. Em 1911, conseguiu ingressar na magistratura do Estado e em 1926 foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Fundou em 1916 o IHGES e em 1930 a Faculdade de Direito do Estado, lecionando ali. Publicou inúmeros artigos em diferentes jornais e revistas, dentre elas, a Revista do IHGES. Foi o segundo ocupante da Cadeira no. 1 da Academia Espírito-santense de

maiores destaques mostram-se na parte final desse texto, foi o intelectual responsável por realizar o discurso de fundação do IHGES; apresentou uma Exortação para a organização de uma historiografia por excelência capixaba<sup>2</sup>.

Esse fato é oportuno, a pretexto dos significados do passado regional implantados por um determinado grupo. Consideradas as formas da consolidação do imaginário republicano apropriadas pelas elites brasileiras (CARVALHO, 1990) — pensando-se a construção de bandeiras, heróis, hinos e simbologias —, importa aqui, precisamente, uma meditação segundo a qual a (re)construção de um passado glorioso serve para formatar uma narrativa, de modo a legitimar uma nação, ou mesmo um ente federado, como o Estado do Espírito Santo.

Pode-se notar uma forma possível de se interpretar um papel do historiador e da história — conforme a alusão epigráfica: uma visão de si, ressuscitando o tempo pelo escalar dos mortos e, por fim, devolvendo-os à vida. Pode-se pensar, aliás, segundo Michelet — trazendo a ideia de ‘Renascença’ em sua obra, recuperando um espírito de revolução, a saudação a de uma época de liberdade e a recusa de falsos deuses.<sup>3</sup>

Dentre os negócios de trapaça e ilusões não desfeitas conforme o trecho poético, as próximas linhas se propõem a relacionar o caráter das discussões e identidades hodiernas locais com as visões do passado local, no tempo presente. Para isso, a contribuição e legado do IHGES é resgatada, revisitando-se seu ano de fundação e os usos do passado capixaba, há um século. Sob esses diferentes contextos, inda-

Letras” (RIBEIRO apud COSTA, 2010, p. 59).

2 Ou “capichaba”, como pode ser visto na grafia das fontes do IHGES.

3 Segundo Lília Moritz Schwarcz, “Michelet, que viveria, então, entre a França e a Itália, é também considerado o inventor do termo *Renaissance*, o qual foi empregado nas obras de 1855-1858, significando a descoberta do mundo pelo homem, no século xvi. O historiador Jakob Burckhardt, no seu *The civilization of the Renaissance in Italy* (1860), ampliou a concepção de Michelet. Para ele o Renascimento estaria localizado na Itália de Giotto e Michelangelo, e representava a época de nascimento da modernidade.” A autora igualmente extrai dele uma epígrafe “a primeira obrigação de qualquer historiador é recusar seus falsos deuses” (SCHWARZ, 2010, p. 91-112).

ga-se pelas semelhanças entre a noção de *capixabismo*, considerando-se a proposta do instituto histórico de busca do ser capichaba.

## Entre pensamentos hegemônicos locais e problemas hodiernos da identidade capixaba: apontamentos historiográficos e contribuições midiáticas

Instamos tomar ciência da seguinte questão: o que é, ou do que veio/vem a ser, *capixabismo*<sup>4</sup>? Se no verbete público em estudos de língua tupi, “capixaba significa, roça, roçado, terra limpa para plantação” (GOVERNO..., 2021), “capixabismo” — e mais a frente “capichabismo”, para o que se quer aqui — sofre de uma insuficiência de referências teórico-metodológicas a esse respeito.

Reconhecido esse ponto, para não se requerer respostas prontas, cabe, contudo, mencionar ou tecer ideias possíveis veiculadas por meio da imprensa local em suas campanhas e discursos recentes. Segue-se assim ao trecho de uma publicação audiovisual intitulada *No divã com a cultura capixaba*, divulgada em uma página de rede social digital da jornalista Luanna Esteves. A apresentadora e repórter de televisão ofereceu uma reflexão sobre características inerentes à culturas capixabas, tratando-se, segundo a própria, de “uma visita rápida [e bem superficial] a alguns aspectos da história que podem explicar o porquê do senso comum de que o capixaba não se reconhece culturalmente” (ESTEVES, 2020).

Longe da superficialidade modestamente suposta, a jornalista fornece de forma simples e didática uma opinião nova, descentralizada, que almeja questionar uma ideia dominante local de ‘não reconhecimento’. A partir desse consenso identificado,

4 Em busca de significados minimamente populares acerca do termo, encontrou-se uma página de rede social digital criada em 2015 (<https://www.facebook.com/capixabismoface/>) e um sítio eletrônico desativado (<http://www.capixabismo.com.br/>). Por isso essa arriscada e arisca proposição isagógica aqui se insere.

pergunta-se: o não reconhecimento deriva de correntes de opiniões sobre um povo<sup>5</sup> fechado/recluso culturalmente e — dos pontos de vista econômico, histórico, político e social — preterido e sobretudo atrasado, ou para não dizer muito, “primo feio do Sudeste”? Ela interpreta tais aspectos associando a uma “cultura de trabalho”, cujo isolamento de diversos grupos étnicos locais uns com os outros se deu sob os diferentes desafios que cada grupo enfrentou (colonização, escravidão, imigração), resultando, por conseguinte, no estigma de uma sociabilidade tímida (ESTEVES, 2020).

De outra forma, questiona-se, quais diagnósticos possíveis de um povo sem orgulho, de uma gente contestada nos próprios tempos e espaços que outrora foram seus nos anos da Capitania? Haja reflexões no estado da arte de narrativas sobre o “progressivo desenvolvimento” ou a “formação econômica” capixabas. Contudo, interessa aqui este panorama do Espírito Santo, em tese desprovido de qualquer característica que lhe confira a alcunha de liderança sobre quaisquer aspectos que influam diretamente na forma como o capixaba se vê e é visto. Sob essa perspectiva, e frente a senso comum eventual, a comunicadora embasou sua apresentação na obra *A narrativa histórica da superação do atraso* (NASCIMENTO, 2018), cujo debate tem permitido uma perspectiva crítica da historiografia regional ou, segundo Esteves (2020), sobre “as formas como os livros de história escreveram a História do Espírito Santo”.

Há uma necessária alusão histórica a se reconstituir doravante. Se as primeiras caracterizações deduziram a ideia de um povo avesso a sociabilidades, não se quer prontamente creditar que tais impressões guardem coerência com a totalidade da população e região — do povo. Ademais, seriam necessários exercícios de demarcação geográficas e/ou culturais

5 Utilizou-se, em termos gerais, de Colliva (1998, p. 987) a conceituação “romântica do Povo, já em coincidência com uma visão política nacional, que identificava o Estado com a nação e, portanto, dava novo e maior valor a tudo o que compunha a realidade nacional, que ele começou outra vez a ser sentido como possível sujeito de vida política”

não pretendidas nesse estudo. As impressões, contudo, são potencialmente capazes de pulular, seja em espaços de entretenimento, de formação de opinião, de intelectualidade e de representação pública — sob velhas e novas elites.

A pergunta sobre o capixabismo permanece, e agora traz consigo outra impressão acerca de um momento ainda recente da história local. Na virada para a década de 2010, o Estado protagonizou um impasse federativo, o qual monopolizou a agenda de imprensa regional, em torno da aprovação e judicialização da “Lei dos *royalties*” — Lei 12.734/2012 (BRASIL, 2012). Uma agenda midiática se mobilizou ante a cena política nacional, do que se destaca intensa participação parlamentar capixaba no Congresso Nacional, assim como empresariado e movimentos sociais, até culminar na derrota dos estados confrontantes, mas seguida de imediata judicialização em seu favor. Uma pauta político-econômica, de tempo presente, que mobilizou o estado inteiro sob a justificativa de que o país teria “lavado as mãos” para o estado (ROYALTIES..., 2010, p. 29).

Mas a totalidade dos capixabas realmente se questiona sobre seu lugar no Brasil e mundo? Ou melhor, sobre os significados do seu *passado*? Se o fazem, sob quais viesses, por meio de quais porta-vozes, grupos políticos, setores de imprensa<sup>6</sup>, movimentos sociais ou de sociedade civil? Isso explica, por sua vez, por que certos símbolos concriados por elites administrativas detêm os significados de vultos

6 “É OU NÃO É LEITOR? No Estado do Espírito Santo pós-1970, falar de meios de comunicação de massa é falar do jornal *A Gazeta* e da Rede Gazeta de Comunicações; e Rede Gazeta é sinônimo da família Monteiro Lindenberg. A família — cuja genealogia remonta à raiz Monteiro da qual, num dos troncos, ramificou os Monteiro Lindenberg — exerce irrefutável e avassaladora influência no curso da história regional capixaba há cinco gerações. Uma irrefreável dinastia?” (SHAYDER, 2016, p. 465)

7 Nascimento (2018, p. 35) remete ao início da década de 2000 — quando o Estado teria experimentado o chamado ‘Terceiro Ciclo de Desenvolvimento’ — a “discursos proferidos por deputados e senadores do Estado bem como a artigos presentes no sítio eletrônico do movimento empresarial Espírito Santo em Ação, criada por empresários do Espírito Santo”. (Ver: <<https://es-acao.org.br/conheca-o-es-em-acao/>>)

próprios do nosso imaginário social? Nosso exposto se permite a elucubrar por sentidos e usos concretos do que veio/vem a ser nosso passado comum. Reiterando-se a falta de pesquisas acadêmicas com essa abordagem, foi muito oportuno que uma jornalista — e influenciadora digital — provocasse essa reflexão entre seu público a se indagar pelo próprio adjetivo local, capixaba e espírito-santense. Não foram feitos aprofundamentos de ordem semântica de forma a cogitar um conceito definidor (como “cultura de trabalho”) o que não faz parte dos problemas de pesquisa necessários para sua análise (ESTEVES, 2020)<sup>8</sup>. Porém, fica evidente uma prática corrente da mídia local em promover um orgulho local a quem nasceu/reside no Estado do Espírito Santo.

Paralelamente, perpassando-se a atualidade dos debates da historiografia capixaba (NASCIMENTO, 2018), além de considerar as maneiras que correntemente influenciaram a leitura básica e a recepção didático-pedagógica da parte dos intérpretes das gerações antigas (PIROLA, 2008), este estudo quer revisitar, especificamente, a fundação do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo (IHGES) que no alvorecer republicano em solo local empreendeu um esforço coletivo para construir uma vanguarda intelectual (COSTA, 2010), considerando também as escolhas narrativas de seus vultos pátrios (BIGOSI, 2018), para uma construção própria de uma semântica do passado (CARVALHO, 2018). Pretende-se, ainda, explorar as organizações direcionadas para uma compreensão meta-histórica<sup>9</sup>, explicitar paradigmas de identidade local, situando os símbolos em busca de um “*ser capixaba*”.

8 Outro vídeo, dentre vários gravados pela jornalista, inicia com uma provocação, perguntando-se “Capixaba não tem cultura?” (ver: <https://www.instagram.com/tv/cc08fwj7M4/>). Outro, com “Motivos para ter orgulho do ES” (<https://www.instagram.com/tv/CDR5atRj9Ax/>), ressalta paisagens naturais do estado, além de atividades culturais, esportivas, gastronômicas, religiosas e turísticas, reforçando-se a proposta de exaltação e reconhecimento regional.

9 Tornando “a representação do passado uma parte da luta pelo poder e reconhecimento. Aqui o pensamento histórico funciona como um meio necessário para a legitimação ou deslegitimação de todas as formas de dominação e governo” (RÜSEN apud NASCIMENTO, 2018, 204).

Se de fato não existe(m) proposições de um capixabismo, ao menos se quer refletir sobre composições que tenham se aproximado de alguma proposta. E se caso a provocativa resvale na pretensão de ignorar elementos existentes e arrogantemente parecer recriá-las, há enfim a disposição de concriar um “*capichabismo*”, para se avizinhar com a grafia de um século atrás, quando do surgimento do instituto.

### Da crítica aos detratores de Domingos José Martins<sup>10</sup> à proposta de um passado capixaba

“Ide dizer ao vosso sultão Que eu morro pela Liberd...” (Domingos Martins)

Retroceda-se ao centenário da morte de Domingos Martins, em efeméride no ano de 1917 com a qual fora fundado o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. A primeira reunião foi realizada em 1916, na qual reuniu-se uma elite intelectual capixaba. Nesse primeiro momento, destaca-se o discurso do Dr. Carlos Xavier Paes Barreto, proferido para inauguração do instituto, na qual o preletor mobilizou numerosos autores nacionais da época, que teriam tratado a respeito da personagem de Domingos Martins. Além de analisar autores como Francisco Adolfo de Varnhagen, Pereira da Silva e Louis-François Tollenare, trouxe para o debate temáticas como o culto à Pátria e seus heróis e, sobretudo, sobre a necessidade dos capixabas de escreverem sua própria história.

No início de seu discurso, o orador imediatamente faz menção a grandes filósofos como Kant, e

10 “Domingos José Martins, líder da Revolução Pernambucana de 1817, declarado por lei federal Herói Nacional, tem seu nome depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade existente em Brasília e é o único capixaba assim homenageado. [...] foi preso e enviado para Salvador e, em 9 de junho, diante de uma Comissão Militar, foi condenado à morte e arcabuzado no dia 12 de junho de 1817, no Campo da Pólvora. Suas últimas palavras foram ‘Venham executar as ordens do seu sultão. Morro pela Liberd...!’” (TOLEDO, 2017)

Sócrates, justificando um patriotismo e ufanismo a partir desses dois pensadores:

E os gregos se glorificavam com tais cerimônias, pensando, como mais tarde, o fez Emmanuel Kant, que os verdadeiros homens do presente são aqueles que têm o culto de respeito pelo passado. E nós, Snrs., estamos certos que, como na vetusta pátria de Sócrates, será aqui recebido com ufania, um instituto que, cultivando as nossas tradições, revivendo feitos que nos toquem na fibra patriótica, entoando preces à religião do civismo,...] (BARRETO, 1917, p. 7).

Esse trecho é elucidativo pois nela o orador faz uso de Immanuel Kant para defender seu sentimento patriótico. Partindo do pressuposto que Kant analisa tanto a cidadania como o sentimento de patriotismo, ou ainda denominado nacionalismo, a partir de um ponto de vista cosmopolita, este ponto de vista envolve as concepções de dignidade humana, de paz perpétua, de universalismo político e a busca de uma jurisdição pública da humanidade em geral. Portanto, Kant exclui qualquer forma de exclusivismo patriótico, estabelecendo que qualquer cidadão é cosmopolita.

Entretanto a leitura realizada por Paes Barreto, influi na concepção de Kant da educação e seu papel, que consiste na necessidade de ensinar o indivíduo em agir racionalmente em assuntos subjetivos, logo é compreender seu papel nessa “cosmópole” que é a humanidade em sua essência. A educação *kantiana* é dividida em três estágios<sup>11</sup>: o primeiro deles é o **cuidado** que é o dever da família no primeiro estágio da vida, baseado nos cuidados básicos como alimentação, modos e comportamentos iniciais. O segundo estágio é a **disciplina**, consiste na transformação da criança em um ser racional, para ser tornar capaz de agir a partir de princípios morais determinados. Por fim, o terceiro estágio é a **instrução** que pode ser lida

como cultura, que visa cultivar os talentos e habilidades do indivíduo. A necessidade do ensino do culto ao passado, partindo das primícias de Paes Barreto, urge dessa visão da educação *kantiana*; mesmo que os objetivos de ambas sejam diferentes, o modelo *kantiano* inspira Paes Barreto.

Já o uso contínuo de Sócrates, nos remete a sua interpretação acerca da educação<sup>12</sup>, que tem como objetivo formar os cidadãos para viver a democracia ateniense. Portanto, para Paes Barreto era necessário formar o corpo de cidadãos *capichabas* prontos para os desafios futuros, ele recupera então no passado as bases para a coesão desse corpo de cidadãos, como podemos observar nesse trecho:

[...] venha, cada vez mais, por em relevo as grandezas do berço de Domingos Martins, o heroe que soube, com o seu inenarrável civismo, morrer tornando-se immortal, o glorioso pedaço de terra brasileira onde Maria Ortiz deu energéticos exemplos de pátrio amor. (BARRETO, 1917, p. 7)

Personalidades — ou personas — foram invocadas nesse discurso, tais como Maria Ortiz<sup>13</sup> e principalmente Domingos Martins, cuja ênfase no próprio se justifica. O enfoque de Paes Barreto ao longo de sua fala, deu-se na desmistificação daquele que é chamado “*heroe brasileiro*”, fazendo comparação a Cristo “Tres annos mais do que Christo ao ser crucificado, tinha Domingos Martins quando, na Bahia”. A defesa de Domingos Martins se deu por meio de uma crítica à narrativa oficial/nacional: “Não importam a interpretação calumniosa, os juízos infundados feitos sobre Domingos Martins.” (1917, p. 7)

O francês Louis-François Tollenare, é o primeiro alvo de críticas do preletor, que afirma:

<sup>12</sup> Cf. SAVIANI, Dermeval. *Histórias das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores associados, 2013.

<sup>13</sup> “Sobre as tentativas de invasão, a [...] representação de Maria Ortiz, por exemplo, é reiterada, pois, não obstante ‘do auxílio prestado pelos jesuítas e indígenas’, sua ‘bravura fez os invasores retrocederem apavorados’ (FREITAS; GEAQUINTO, apud PIROLA, 2008, p. 198).

E temos ainda uma razão poderosa; é o rancor de Tollenare que, francamente, sem dissimular, afirmava sua aversão por Domingos Martins a ponto de preocupar-se até com a elegancia deste que, no seu entender, a urna legua de distancia, cheirava a sans culottes (BARRETO, 1917, p. 8).

O fato de ser considerada “*poderosa*”, a ideia que Tollenare construiu de Domingos Martins, nos apresenta algo muito interessante. O choque entre uma história construída no Império e a nova visão sob à Primeira República que se afirmava no país, logo não seria diferente no Espírito Santo. Vale ressaltar o momento que a classe intelectual artística brasileira vivia, uma regionalização dos movimentos intelectuais, sobretudo os literários. Portanto a necessidade de produzir uma visão regional acerca da realidade.

O paulista Francisco Adolfo de Varnhagen foi acusado de “parcialidade e acrimonia”. Paes Barreto afirma que Varnhagem, por ser um historiador do Império, não estaria comprometido com a “verdade”, de retratar uma dita revolução contra o Império, principalmente de um ator político vindo da “velha Capitania de Duarte Coelho” (BARRETO, 1917, p. 8). Consubstancialmente, o Espírito Santo era vítima de “boicote” pelas academias de outros estados, por ter sua história apagada e moldada por aqueles quem Paes Barreto chama de “detratores” (1917, p. 9).

Por fim, o terceiro intelectual alvo de críticas, foi João Manuel Pereira da Silva, chamado de “inconsequente”, por negar o caráter da revolução Pernambucana de 1817, logo as ações de Domingos Martins não teriam valor. A República, desde sua fundação buscou construir seus heróis, que teoricamente lutaram pela independência do país e o fim do Império. Tiradentes é o maior símbolo desse movimento republicano e a elite capixaba buscou em Domingos Martins sua versão “capichaba”.

Paes Barreto ao descrever a morte de Domingos Martins, dera tons heroicos e contornos sobrenaturais aos atos do mártir:

A 99 annos caia o heroe no Campo da Polvora, elevando-se, porém, no Campo da Gloria. E, a contrario sensu do ave Cezar mo-rituri te salutant dos romanos, na arena do circo, os que ficaram é que batem palmas ao que morreu, a essa grande figura dominadora que para dar idéa de grandeza, será bastante a citação do nome (1917, p. 11).

Assim como Minas Gerais teve seu Tiradentes, ou Rio de Janeiro seu Estácio de Sá, naquela quadra histórica o Espírito Santo reivindicou Domingos Martins, não somente como um simples herói material, e sim um guia espiritual: “E, por isso, que, nada mais existindo de sua fôrma material, o seu espírito ainda nos guia” (BARRETO, 1917, p. 11, grifo do autor). Portanto, com Domingos Martins, o Espírito Santo impõe-se com um arco de personagem coadjuvante/protagonista da construção da história do Brasil.

### Da exortação pela fundação do IHGES e a busca pelo “*ser capichaba*”

Durante a leitura das fontes, dois aspectos foram observados; o primeiro já apresentado anteriormente que foi a crítica historiográfica em grande medida mobilizada pelo orador. O segundo aspecto a ser elucidado é da exortação para construir o passado capixaba, pois Paes Barreto fala que nossa história é como uma “*Odisseia sem Homero*” (1917, p. 9). Desta declaração, que inspirou o título desse estudo, é intrigante que mesmo para a comunidade acadêmica, universalmente, a existência do Homero histórico é controversa; mas é o ato de registrar os acontecimentos sobretudo o passado, que aqui auferimos. A experiência histórica capixaba pode ser apresentada de formas distintas, no tocante a enredo e técnicas literárias. Portanto, o *Homero capichaba* deveria se preocupar com as formas de sua escrita, para dar o devido valor aos acontecimentos da história local.

O citado preliminar pode constituir um complemento ao título. Esse “*Homero*” deveria, segundo

<sup>11</sup> Cf. KANT, Immanuel. *Über Pädagogik* [Sobre a Pedagogia] (trad. alemão: Francisco Cock Fontanella). 2. ed. Piracicaba: Unimep, 2002.

Paes Barreto, ressuscitar para o “povo capichaba” o espírito de Domingos Martins, porque é no caráter deste herói que residiria um *ser capichaba*. O IHGES foi criado para mobilizar e organizar uma elite intelectual para produzir o passado local, escrever nossa história a partir de uma visão regional, portanto livre de qualquer juízo externo que eventualmente impusesse ao Estado uma posição que não fosse de seu merecimento.

Por conseguinte, o IHGES teve como função buscar o sentido do passado para o capixaba, além disso, buscar o *ser capichaba no tempo*. Compreender o *ser capichaba* significa trazer à tona sua identidade. Ou seriam suas identidades, como Reis propõe:

Meu conceito de “identidade”, e por isso o plural do título, “identidades”, não é o da manutenção de um “indivíduo/sociedade históricos” em uma dimensão atemporal, eterna. “Identidade” não é um congelamento, uma ossificação, uma reificação, um emparelamento (2017, p.20).

Por “identidades” se permite presumir uma abertura epistemológica desse conceito, um pluralismo lido como um movimento aberto (CARVALHO; MENDES; RAMALHO, 2018, p.13). O conceito não é estático, mas transitório. Todavia, parte-se além dessa percepção a partir da identidade; o *ser* é nosso objeto ativo, compreender sua natureza sobretudo como o tempo age no *ser*. O *ser* como transitório, define-se como *sendo*, o tempo portanto é a morada do *ser-sendo*.

A pre-sença (*Dasein*) é quem define, esclarece a questão da existência. O ser da pre-sença, *sendo*, coloca em jogo o seu próprio ser. Para Heidegger, é *sendo* que a pre-sença se compreende em seu ser. Uma característica essencial da pre-sença é que, sendo, ela se abre e se manifesta no mundo por meio de seu próprio ser. O que determina o ser da pre-sença é a própria compreensão do ser. O diferencial ôntico da pre-sença é a ontologia do seu ser. Mas *sendo* ontológico não é suficiente para se desdobrar numa ontologia — compreendida como o “questionamento

teórico explícito do sentido do ser, então, este ser-ontológico da presença deve significar pré-ontológico. Isso, no entanto, não significa simplesmente sendo um ente, mas sendo no modo de compreensão do ser.” (HEIDEGGER, 2012, p. 38)

Heidegger se distancia de Platão, Descartes e Husserl ao não conceber o ser humano meramente como sujeito (ego) que se relaciona com objetos (a natureza, outros egos etc.). Por exemplo, de fato, nem sempre desempenhamos tarefas complexas em plena consciência do que estamos fazendo, assim como muitas vezes um motorista experiente dirige desatento ao fato de que está dirigindo. Muitas vezes, reagimos ao mundo muito mais do que agimos nele com plena consciência das nossas ações e atitudes. Sobre a determinação sobre o ser do homem, Heidegger postula que, mesmo diante de outras vontades (social, divina ou “natural”), o ser do homem encontra sempre diante de si a possibilidade de ser diferente. Portanto, para Heidegger, o que pode dar sentido ao ser do homem é a sua própria existência, que se dá no modo de compreensão do ser. Heidegger designa a pre-sença enquanto “pura expressão de ser”. Em suas próprias palavras:

Como a determinação essencial desse ente não pode ser efetuada mediante a indicação de um conteúdo quididativo, já que sua essência reside, ao contrário, no fato de dever sempre assumir o próprio ser como seu, escolheu-se o termo pre-sença para designá-lo enquanto pura expressão de ser (HEIDEGGER, 2012, p. 39).

Heidegger se propõe a demonstrar como o sentido da pre-sença é a temporalidade. O tempo servirá de horizonte de toda compreensão e interpretação do ser. Ele também indaga como o tempo passou a ter essa “função ontológica fundamental” (2012, p. 46) e a funcionar como critério. O alvo principal de toda ontologia se funda no fenômeno do tempo. Nas palavras de Heidegger:

Se o ser deve ser apreendido a partir do tempo e os diversos modos e derivados do ser só são de fato compreensíveis em suas modificações e derivações na perspectiva do tempo e com referência a ele, o que então se mostra é o próprio ser, e não apenas o ente, enquanto sendo e estando “no tempo”, em seu caráter “temporal” (2012, p. 46).

Heidegger responsabiliza a tradição filosófica pela perda da capacidade da pre-sença de “se guiar por si mesma, de questionar e escolher a si mesma.” (2012, p. 49). Ele propõe destruir a ontologia tradicional do tempo e coloca em voga a *filosofia da existência* como a resposta ao tradicionalismo. A compreensão de que o verbo *ser* é temporal e transitivo — e não estático, mas *ekstático* —, logo o *ser* não pertence a nenhum lugar temporal. Porém, como o tempo é o composto fundamental do *ser*, este se encontra no paradoxo da ideia de tempo, tendo o futuro como destino do tempo físico e o passado relacionado ao tempo psíquico.

Augusto Carvalho propõe o passado como essa morada do ser, como o tempo psíquico e físico, ou seja, o existencial. O passado como diria Heidegger, é aberto ao futuro como o *ser* é aberto a mudanças. É o passado que ativa as temporalidades; é no passado que o *ser* reside (2018, p. 104). Por conseguinte, Carvalho aponta:

A filosofia da existência, então, propõe uma “revolução copernicana” sobre a ideia de tempo a partir de uma perspectiva ontológica; ou seja, ela interfere na constituição do ser do tempo ao deslocar origem-criativa ou limite-criativo do tempo do presente para o passado. O passado torna-se a forma original da temporalidade que é, assim, ativada, por algum outro passado, que se nomeia, tradicionalmente, futuro (CARVALHO, 2018, p. 104-105).

O futuro consiste numa expectativa baseada na experiência passada que gerou a existência; portanto, sendo o futuro uma mera representação psíquica

do passado já vivido, o passado é o átomo da existência. No mesmo raciocínio, a busca por uma identificação expressa na pre-sença traz à tona uma construção individual que aponta para uma coletividade. Ou seja, perseguindo um ideário de “ser capichaba” — não “o povo”, o que fatalmente desprezaria idiosincrasias concernentes a qualquer sociedade, mas a ação individual de se reconhecer como povo — pela semântica do passado se constrói um “ser” porque “capixaba”. Isso pode ser experimentado tanto por “intelectuais” quanto por “comuns”. Identidade(s), aqui não pressupõe(m) cultura, mas identidade(s) histórica(s). Enfim:

O que aqui se anuncia ontologicamente, portanto, diz respeito àquilo que a epistemologia da disciplina da história já conhece a partir da prática historiográfica: a disponibilidade do passado (de sua forma) para tradução ou compreensão acontece devido ao fato do passado ser o ser do tempo (CARVALHO, 2018, p. 105-106)

À guisa de conclusão, pode-se então compreender o papel do IHGES. A busca pelo passado capixaba se traduziu numa busca do *ser capichaba* que reside no passado. E como já explicitado anteriormente o ser como *sendo* é, portanto, o *sendo capichaba* no tempo. Logo, a história produzida pelo IHGES buscaria o sentido do *ser-sendo capichaba* no tempo, construindo, portanto, uma semântica capixaba do passado.

## Considerações finais

O que caracteriza a memória plural e pública que alimenta o trabalho do historiador é o estatuto privilegiado do testemunho, a possibilidade de confrontar diferentes testemunhos uns com os outros, dos quais depende a credibilidade da narrativa histórica (RICOEUR, 2012, p. 329).

Ao realizarmos esse estudo introdutório da origem do processo de busca do *ser capixaba*, encontraram-se soluções e problemas a serem tratados. O *sendo*, plural e transitório, que norteou a análise, deixa cair outro problema: a necessidade de se produzir não a história capixaba e sim histórias capixabas.

Essas histórias se encontram somente no próprio povo, que testemunha e traz consigo memórias de outrora, conforme Ricoeur (2012). Povo que precisa ser entendido sob inúmeras identidades, mas a partir desse pluralismo pode ser capaz de responder pelo que é *ser-sendo capixaba*, do que se adianta propor o *capichabismo*, como um conceito organizacional desse universo da existência regional.

Uma reminiscência do título deste artigo faz associação ao capichabismo enquanto uma meta-história arrolada profusamente em debates culturais, econômicos, políticos, sociais etc. Ainda, a evocação de um capichabismo pluralista, composto por seres-ideais inclusive os então estigmatizados. Seriam então "capichabismos"?

Por conseguinte, urge trazer à tona pedaços desse mosaico proposto aqui como *capichabismo(s)*, colocar em tela esses fenômenos, e tal como estrelas realizar a ligação delas por meio de ideias, construindo essa constelação plural em conceito (BENJAMIN, apud CARVALHO, 2018, p. 91). Propor *capichabismos* com suas ambiguidades e complexidades — aberto e transitório como o *ser-sendo*.

## Referências

- BARRETO, Carlos Xavier Paes. Discurso pronunciado na sessão de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo pelo orador Dr. Carlos Xavier Paes Barreto, a 12 de Junho de 1916 - Refutações a Varnhagen, Pereira da Silva e a Tollenare. *RIHGES*, Vitória, n. 1, 1917, p. 7-14.
- BICOSSI, Bruna Breda. *Domingos José Martins: a invenção de um herói para os capixabas no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2018, 103f.
- BRASIL. *Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012*. Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12734.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12734.htm)>. Acesso em 1 dez. 2020.
- CARVALHO, A.; MENDES, B.; RAMALHO, W. Introdução. In: CARVALHO, A.; MENDES, B.; RAMALHO, W (Orgs.). *Sete ensaios sobre história & existência*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, p. 11-20.
- CARVALHO, Augusto. A descoberta do paradoxo fundamental da ideia de tempo e a constituição ontológica do conceito de passado. CARVALHO, A.; MENDES, B.; RAMALHO, W (Orgs.). *Sete ensaios sobre história & existência*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, p. 91-110.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: 1990
- COLLIVA, Paolo. Povo. In: BOBBIO, Noberto, MATELUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol. 1. 11 ed. Brasília: Editora UnB, 1998.
- COSTA, Ticiania Pivetta. *A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES): intelectuais, civismo e educação*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2010, 134f.
- ESTEVES, L. *No divã com a cultura capixaba*. Vitória, 25 jul. 2020, Instagram. Luanna Esteves. Disponível em: <[https://www.instagram.com/tv/CDE431FjL\\_O/](https://www.instagram.com/tv/CDE431FjL_O/)>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- GOVERNADOR acusa União de centralização. *A Tribuna*, Vitória, ES, 30-10-2009, p.33, c.1-3.
- GOVERNO ES. *Povo Capixaba*. Disponível em: <<https://www.es.gov.br/historia/povo-capixaba>>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012
- KANT, Immanuel. *Über Pädagogik [Sobre a Pedagogia]* (trad. alemão: Francisco Cock Fontanella). 2. ed. Piracicaba: Unimep, 2002.
- NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico do Espírito Santo*. Serra: Editora Milfontes, 2018.

OLIVEIRA, Ueber José. de. Elites políticas capixabas no contexto da primeira república. *Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*, v. 1, n. 1, p. 117–129, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/revapees/article/view/32197>>. Acesso em: 29 jun. 2021

PIROLA, André Luiz Bis. *O livro didático no Espírito Santo e o Espírito Santo no livro didático: história e representações*. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. Vitória, 2008.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 3: de Carvalho a Ribeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2017

RICOEUR, Paul. A marca do passado. *História da Historiografia*, n. 10, 2012, p. 329-349

ROYALTIES: Lula lava as mãos e passa a bola para o Senado. *A Gazeta*, Vitória, ES, 19-03-2010, p.15, c.1-6.

SAVIANI, Dermeval. *Histórias das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores associados, 2013.

SCHAYDER, José Pontes. *Passado a limpo: o estado capixaba e seu mito fundador*. Cachoeiro de Itapemirim: Edição do autor, 2017.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Jules Michelet. In.: MALERBA, Jurandir (Ed.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. EDIPUCRS, 2010

TOLEDO, Luzia. Domingos Martins: um herói nacional. In.: *Gazeta Online: Artigos — Homenagem*, Vitória-ES, 19 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/opiniaio/artigos/2017/06/domingos-martins-um-heroi-nacional-1014067643.html>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

